



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 200ª reunião, realizada em 18 de julho de 2023

1 Em 18 de julho de 2023, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM),
2 por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
3 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente Marília
4 Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Representantes do poder
5 público: Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Sérgio
6 de Paula e Silva Júnior, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Fernando Antônio França Sette Pinheiro
7 Júnior, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Solimar Assis, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
8 (Seplag); Daniela Fernandes César, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Henriqueta Vasconcelos Lemos Correia,
9 da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Marilene Fabri Lima, da Secretaria de
10 Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Frederico Amaral e Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
11 Econômico (Sede); Ivan Tavares de Melo Filho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Reges Moisés dos Santos,
12 da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Carlos Eduardo Lopes, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec);
13 José Tarcísio Caixeta, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Cristiano Ferreira
14 de Oliveira, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); Lucas Marques Trindade, do Ministério Público de
15 Minas Gerais (MPMG); João Augusto de Pádua Cardoso, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento
16 Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira
17 de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação Comercial e
18 Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do
19 Estado de Minas Gerais (Faemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
20 (Fiemg); Sílvia de Freitas Xavier, do Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria; Neide Mateus Rodrigues, da
21 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Julio Cesar Nery Ferreira, do
22 Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas
23 Gerais (CMI-MG); Flávia Mourão Parreira do Amaral, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
24 (Abes); Sérgio Marcio Cappai Nésio, do Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento
25 Socioambiental; Fernando Benício de Oliveira Paula, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta;
26 Ronaldo Costa Sampaio, da Associação Mineira Lixo Zero (Amliz); Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do
27 Instituto Heleno Maia de Proteção à Biodiversidade (IHMBio); Bruno Rocha de Melo, do Serviço Nacional de
28 Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais (Senar-MG); Tamires Mousslech Andrade Penido, do
29 Instituto Antônio Ernesto de Salvo (Inaes); Virgínia Campos de Oliveira, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME);
30 Fábio Salles Meirelles Filho, da Associação dos Produtos de Soja, Milho, Sorgo e Outros Grãos Agrícolas do Estrado
31 de Minas Gerais (Aprosoja); Maria Emília Borges e Borges, da Associação Brasileira de Engenheiros Cívicos (Abenc).
32 **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, a presidente Marília Carvalho de Melo declarou
33 aberta a 200ª reunião do Plenário do COPAM. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino
34 Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula:
35 “Primeiro, eu queria saudar todos os membros do Plenário. Gostaria de apresentar uma proposta para
36 aperfeiçoamento do processo de licenciamento no Estado de Minas Gerais, conforme é permitido pelo Regimento.
37 E a proposta que eu estou no momento transcrevendo no chat refere-se ao aperfeiçoamento referente ao recente
38 estado pandêmico a que foi acometida toda a nossa sociedade. Que se levem em consideração os três anos de estado
39 pandêmico da Covid-19 e suas variantes para os processos apresentados de 2019 a 2021, para avaliação de todos os
40 processos, considerando que nesse período, seguindo as considerações da OMS, os empreendedores ficaram com
41 suas atividades paralisadas e ou prejudicadas, razão pela qual deve-se avaliar e flexibilizar, no que tange à
42 temporalidade, os prazos para apresentação de informações complementares nesse período, regeneração de mata
43 nativa, execução de condicionantes e prioridade de pautas nas diversas Câmaras e nos Comitês de Bacias
44 Hidrográficas de forma ampla, geral e irrestrita. Esse pedido, senhora secretária, vem do clamor da sociedade perante
45 os diversos processos que foram apresentados nesse período e que tiveram a Covid-19 como um contratempo que

46 impossibilitou diversos empreendedores, seja pessoa física ou pessoa jurídica, de cumprir condicionantes e impedir
47 que a sua área produtiva ficasse sem ser trabalhada; e com isso tiveram a sua vegetação nativa restaurada e assim
48 caracterizada como sem nenhum tipo de atividade nesse período, o que vem prejudicando a análise dos processos.
49 E também o pedido visa, apesar de todos os processos nesse período que o governo tomou, dar uma justiça na
50 aceleração desses processos que ficaram em trâmite nesse período. Agradeço, senhora presidente.” Presidente
51 Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheiro. Nós vamos registrar a sua proposição e encaminhar para a equipe
52 técnica do licenciamento uma avaliação técnica e jurídica também pela nossa Procuradoria. E damos o retorno na
53 sequência.” **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Boa tarde
54 a todos. Senhores conselheiros, considerando que nós estamos no novo mandato, eu vou projetar para os senhores
55 a agenda das próximas reuniões do Plenário do COPAM. As próximas reuniões programadas ocorrem todas às
56 quartas-feiras, às 14h. A próxima reunião é setembro, dia 13, e, posteriormente, dezembro, dia 13 também.
57 Lembrando que esta agenda está disponível no site da SEMAD, canto esquerdo inferior, ‘COPAM’, juntamente com
58 os documentos de todo Colegiado. Lembrando que esta é uma agenda de reuniões ordinárias e que, havendo a
59 necessidade de reuniões extraordinárias, vai estar também disponível no site, em conformidade com a convocação
60 da pauta, publicada no ‘Diário Oficial’. Dúvidas, nós estamos à disposição.” **5) EXAME DA ATA DA 199ª REUNIÃO.**
61 Aprovada por unanimidade a ata da 199ª reunião do Plenário do COPAM, realizada em 15 de março de 2023. Votos
62 favoráveis: SEMAD, Seapa, SEE, Seplag, Seinfra, Sede, Segov, PMMG, MPMG, ALMG, AMM, ACMinas, Faemg,
63 Conselho da Indústria, Fetaemg, Ibram, CMI e Abes. Abstenções: SES, Crea, Instituto Espinhaço, Zeladoria do Planeta,
64 IHMBio, Senar, Inaes, SME, Aprosoja, Abenc, Sedese, Cedec e Amliz. Ausências: Secult, SEF, MMA, Fiemg e Sesi.
65 Justificativas de abstenções. Conselheira Daniela Fernandes César: “Eu vou me abster porque não estava presente
66 na reunião.” Conselheiro José Tarcísio Caixeta: “Abstenção por não estar presente na reunião.” Conselheiro Sérgio
67 Marcio Cappai Nésio: “O Instituto Espinhaço vai se abster por não estar presente na última reunião.” Conselheiro
68 Fernando Benício de Oliveira Paula: “Eu vou me abster por não estar presente na última reunião.” Conselheiro Heleno
69 Maia Santos Marques do Nascimento: “Abstenção por não ter participado da última reunião.” Conselheiro Bruno
70 Rocha de Melo: “Abstenção por não fazer parte do Plenário.” Conselheira Tamires Mousslech Andrade Penido: “Eu
71 prefiro me abster também por não participar da reunião passada.” Conselheira Virgínia Campos de Oliveira:
72 “Abstenção por a SME não compor o Plenário do COPAM na gestão anterior.” Conselheiro Fábio Salles Meirelles
73 Filho: “Nós nos abstemos de votar porque não participávamos do Conselho no mandato anterior.” Conselheira Maria
74 Emília Borges e Borges: “Eu vou me abster também por não ter feito parte da última reunião.” Conselheira Marilene
75 Fabri Lima: “Eu me abstenho por não ter participado da última reunião.” Conselheiro Carlos Eduardo Lopes: “Pela
76 abstenção por ausência na última reunião.” Conselheiro Ronaldo Costa Sampaio: “Eu me abstenho por não estar
77 presente no Plenário.” **6) DIÁLOGO DA COMISSÃO DE ÉTICA COM OS CONSELHEIROS. Apresentação: Comissão de**
78 **Ética da SEMAD.** Foi apresentado ao Plenário do COPAM, por meio de vídeo institucional, o trabalho realizado pela
79 Comissão de Ética da SEMAD, com sua composição, atribuições, objetivos, Código de Conduta Ética do Agente
80 Público, e sobre a atuação e conduta dos conselheiros do COPAM na condição de agentes públicos. O conteúdo da
81 exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Ana Carolina Andrino de Melo, presidente da Comissão de Ética,
82 colocou a comissão à disposição dos conselheiros. **7) REGIMENTO INTERNO DO COPAM - DELIBERAÇÃO**
83 **NORMATIVA COPAM Nº 247, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022. Apresentação: SEMAD.** Jeiza Fernanda Augusta de
84 Almeida, da SEMAD, fez apresentação sobre o Regimento Interno do COPAM, incluindo as competências das
85 Unidades Colegiadas, funcionamento das reuniões e atribuições dos conselheiros, e colocou-se à disposição, bem
86 como o Núcleo dos Órgãos Colegiados, para esclarecimentos. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da
87 SEMAD. **8) POLÍTICA DE REABILITAÇÃO E SOLTURAS DE ANIMAIS SILVESTRES EM MG. Apresentação: Instituto**
88 **Estadual de Florestas (IEF).** Adriana Spagnol de Faria, diretora de Proteção à Fauna/IEF, fez apresentação ao Plenário
89 do COPAM sobre a Política de Reabilitação e Solturas de Animais Silvestres em Minas Gerais e as ações desenvolvidas
90 pelo Instituto Estadual de Florestas. Manifestações. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Adriana, pela
91 apresentação. Eu só queria fazer um registro, até aproveitando a presença do Lucas, do Ministério Público, da
92 parceria constante que nós temos com a Dra. Luciana nesse tema. Inclusive, recentemente, em uma parceria de
93 avançar na implementação de um Cetas junto com a universidade, em Lavras, através de uma articulação feita com
94 o Ministério Público. Então tem sido um grande parceiro o Ministério Público, através da Dra. Luciana, nessa agenda.”
95 Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Esse trabalho é excepcional. Parabéns, mais uma vez. Mas me faltou aqui...
96 Norte de Minas, Noroeste, Zona da Mata... Sul de Minas eu não vi citando hora nenhuma. Ou foi falha minha?”
97 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu acabei de mencionar, inclusive, que em uma parceria com o Ministério

98 Público nós estamos iniciando um centro em Lavras.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Perfeito. Mas lá para
99 baixo está isento, está bem distante. É só uma observação minha, eu acho que valeria a pena um alerta a municípios
100 outros. Vejo também clínicas, ONGs, universidades, e não prefeituras se envolvendo nisso. Eu me sinto meio
101 desprestigiado por que não podemos buscar algumas prefeituras para ampliar esse espaço que vocês desejam tanto.”
102 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Licínio, eu vou passar a palavra para a Adriana, mas desafio aceito, é só você
103 passar para nós quais municípios querem fazer seus Cetas que nós podemos orientar. Nós temos um trabalho, o IEF
104 faz uma avaliação de demanda, essa avaliação de demanda é feita a partir dos dados de apreensão de animais no
105 Estado de Minas Gerais, e obviamente a questão logística do transporte desses animais para o bem-estar desses
106 animais. E também, cotizando isso, obviamente, com custo operacional de manutenção desses espaços, que tem
107 custo relativamente importante. A Adriana até mencionou, nós estamos estudando, com o Instituto Estadual de
108 Florestas, e a nossa proposta é fazer um edital, ainda este ano, para a seleção de Oscips para gerenciar esses centros.
109 Porque o gerenciamento é absolutamente dinâmico, a quantidade de animais, também a necessidade de compra de
110 medicamentos, alimentação. São espaços que precisam de funcionamento praticamente 24 horas, todos os dias na
111 semana. E isso também traz alguma demanda de base, de estrutura do Estado e também assim aos municípios que
112 tiverem interesse de, obviamente, avançar e ter essa parceria.” Adriana Spagnol de Faria/IEF: “Com relação às
113 prefeituras, é importante dizer que nós também contamos muito com a parceria delas. Geralmente, esses Cetas do
114 Estado são construídos em terrenos que são doados pela prefeitura. Então nós já contamos muito com essa parceria.
115 Como a secretária Marília colocou, é claro que, se tiver interesse de algum município em ter o seu próprio Cetas, nós
116 estamos abertos também para conversar, para ajudar nos projetos. E, obviamente, a análise, as autorizações também
117 passam pelo IEF. Com relação ao cadastramento que estamos fazendo de entidades que tenham condições de nos
118 ajudar com a demanda relativa aos animais silvestres, nós pretendemos com isso estar atingindo municípios que não
119 tenham ou pelo menos não têm o planejamento de ter um Cetas do Estado lá. Então seriam entidades que nos
120 ajudariam, nos apoiariam nesse recebimento imediato e o tratamento imediato desses animais. E, obviamente,
121 juntamente com essa gestão, o incremento dessa gestão, também o incremento da gestão de transporte desses
122 animais para o Cetas mais próximo. Porque muitas vezes esses animais vêm de alguma apreensão da própria polícia
123 e não têm condições de serem transportados imediatamente para o Cetas, ou o Cetas está em uma localidade mais
124 distante. Então nós entendemos que, com esse cadastramento, e firmando o termo de cooperação técnica com essas
125 instituições, com essas entidades, nós vamos conseguir então suprir essa demanda em todo o Estado de Minas
126 Gerais.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Na próxima segunda-feira, dia 24, no período da tarde, eu vou
127 estar na Cidade Administrativa. Se houvesse uma possibilidade de conversarmos pessoalmente, eu queria que você
128 abrisse uma agenda para mim.” Adriana Spagnol de Faria/IEF: “O senhor pode entrar em contato. Eu vou estar de
129 férias a partir do dia 24, mas nós procuraremos atender o senhor aqui. Eu peço para que o meu coordenador da área
130 possa atender o senhor.” Conselheiro Fábio Salles Meirelles Filho: “Eu gostei muito do que foi apresentado, parece
131 em uma condição extremamente positiva, inclusive, de se executar o que está planejado. Pode ser até que o IEF
132 tenha esse conceito dele quando vê as áreas prioritárias, se estão adequadas, uma série de situações. Mas eu
133 gostaria, se fosse possível, o Estado também, principalmente no caso do IEF, constar como uma política pública o
134 controle dos animais exóticos, principalmente o javali. Porque ele causa um dano assustador, não é só agricultura, e
135 nós não temos controle desses animais exóticos. E quando você vai soltar animais, se você tem essa região mesmo
136 com uma pequena infestação, esses próprios animais, mesmo que estejam, vamos dizer, pré-habilitados para essa
137 soltura, correm um risco bastante grande. Então eu acho que é uma política que precisava ser implementada no
138 Estado, porque a infestação é no país inteiro, principalmente de animais exóticos. E não só javalis, nós temos essas
139 cobras que vêm da Ásia, esse tipo de situação, e que têm causado bastante dano. Então eu só queria deixar registrado
140 isso. Muito obrigado.” Adriana Spagnol de Faria/IEF: “Com relação a esse controle da fauna exótica, nós estamos
141 trabalhando em uma normativa estadual, porque atualmente trabalhamos com a normativa federal. Então estamos
142 trabalhando na construção de uma Portaria, que vai regulamentar a questão dos criadores em Minas Gerais, e vamos
143 ter normas de regulação com relação à fauna exótica. Com relação à fauna exótica de vida livre, como javali, que o
144 senhor colocou, a competência direta é do Ibama, da União, mas nós estamos participando de reuniões que estão
145 sendo realizadas em nível federal com os Estados para construção de programas de combate a esse tipo de fauna,
146 juntamente com o órgão federal. Inclusive, estamos também atuando em alguns planos territoriais de combate
147 especificamente ao javali em algumas regiões do Estado de Minas Gerais.” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello:
148 “Eu gostaria de ressaltar a fala do conselheiro Fábio. Esse assunto já foi trazido aqui em Plenário, mas eu ressalto a
149 importância tanto do ponto de vista hídrico, ambiental, de sanidade, saúde, segurança e a questão da segurança

150 alimentar também e os danos causados às propriedades rurais também. Nós tivemos uma reunião recente também
151 sobre essa temática, e todos sabem que o javali é uma praga que não tem como mais, já passou do ponto que ela
152 pode ser extirpada. Não tem como. Pela taxa de reprodução altíssima que esse animal tem, ele precisa, sim, ser
153 controlado, porque é uma espécie invasora das mais nocivas, reconhecidamente, nas listas de organismos
154 internacionais relacionados a essa questão de espécies invasoras. Então esse foi um ponto muito importante.
155 Inclusive, a Copasa já teve avistamentos, encontrou javalis aqui em Rio Manso. Então compromete, inclusive, o
156 abastecimento público de água e a saúde das pessoas. Então, bem lembrado, conselheiro Fábio, muito bem lembrado
157 para trazer à luz essa pauta.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheira. Só uma observação.
158 Conforme a Lei Complementar 140 e já exposto pela Adriana, essa é uma competência direta do governo federal.
159 Nós temos, inclusive, representação, neste Conselho, do Ministério do Meio Ambiente, que hoje infelizmente está
160 ausente. O IEF tem feito interlocução com o Ministério e com o Ibama nesse tema, mas nós podemos pensar como
161 juntos podemos trabalhar para que as ações do Ibama sejam mais efetivas no controle dessas espécies exóticas. E
162 nós estamos à disposição, inclusive, para dialogar com vocês. Tenho certeza que também existem experiências. Eu e
163 a Adriana estivemos recentemente, inclusive, no Instituto Onça Pintada, conversamos muito com o professor
164 Fabiano, da Universidade Federal de Viçosa, sobre esse assunto, inclusive. E pensarmos como que nós podemos
165 apresentar uma proposta para o Ibama para que essa ação de competência dele se torne mais efetiva e como que o
166 Estado também pode contribuir, mesmo sendo uma competência deles. Então agradeço, Adriana. Mais alguma
167 complementação?” Adriana Spagnol de Faria/IEF: “É nesse sentido mesmo. Nós já viemos participando de alguns
168 planos territoriais para controle e manejo dos javalis em coordenação do governo federal. Estamos participando de
169 todas as reuniões que o governo federal tem feito relativas a esse tema. Mas de fato podemos conversar e avançar
170 aqui dentro de Minas Gerais em ações de controle dos javalis em Minas Gerais.” Conselheiro Fernando Benício de
171 Oliveira Paula: “Eu queria só realmente parabenizar pelo trabalho desenvolvido, que eu acredito que vai suprir a
172 demanda com relação ao resgate de fauna. Mas eu queria observar e fazer um pedido para que todo o equipamento,
173 principalmente de suporte, da Polícia Militar de Meio Ambiente, que é um dos principais agentes de resgate da fauna
174 e flora, que atende prioritariamente as demandas da sociedade, fosse reforçado para que ela também tivesse
175 condições de um atendimento mais rápido, mais célere e mais eficiente, com conforto dos seus servidores, dos
176 policiais que atendem, equipamentos mais modernos. Eu acredito, esse é meu pedido, apesar de saber que o governo
177 vem investindo nesse tipo de equipamento, que esse tipo de assistência deve ser contínua, anual, na reforma e
178 aumento do efetivo e do equipamento da Polícia Militar de Minas Gerais.” Presidente Marília Carvalho de Melo:
179 “Obrigada, conselheiro. Até para esclarecer esse ponto, nós temos um convênio com a polícia para desempenho
180 dessas funções de fiscalização ambiental, do qual a fauna também está incluída. O convênio traz recurso,
181 anualmente, de custeio e de investimento. Além disso, nos últimos termos de ajustamento de conduta que nós
182 assinamos com o MP para descaracterização das barragens a montante, alguns equipamentos já foram adquiridos e
183 doados à Polícia Militar para que, de fato, tenha uma condição melhor de desempenhar a função. Porque, como você
184 muito bem disse, é a Polícia Militar, a Polícia Ambiental, o nosso principal braço executivo da fiscalização no Estado
185 de Minas Gerais. E nós viemos fazendo o maior esforço, mesmo considerando as limitações orçamentárias existentes,
186 para que a polícia tenha total condição de execução.” Conselheiro Cristiano Ferreira de Oliveira: “Boa tarde, senhores
187 conselheiros. Boa tarde, senhora secretária. Sou o capitão Ferreira, represento a Polícia Militar de Meio Ambiente.
188 Só reforçar mesmo as nossas ações, a capilaridade em todo o Estado. Reforçar essas ações que desempenhamos,
189 esse papel de persecução ambiental em todo o Estado. E nos colocar à disposição para essas ações nos mais
190 longínquos rincões, como falamos. O Estado de Minas Gerais tem uma capilaridade muito grande, o Estado é muito
191 grande, e as demandas realmente são muito crescentes no que tange, principalmente, à fauna. Agradeço pela
192 oportunidade.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, capitão Ferreira. Mais algum inscrito para este item?
193 Então agradeço aos conselheiros. Adriana, obrigada pela apresentação. Nós tivemos aqui em uma das últimas
194 reuniões, a Adriana até apresentou o nosso plano mais amplo para a gestão de fauna silvestre. Esse é um ponto que
195 temos discutido muito com o Instituto Estadual de Florestas, nós avançamos bastante nos termos de captura, resgate
196 de animais silvestres, apreensão e reabilitação para soltura. E nós queremos muito avançar em uma gestão de fauna
197 mais ampla. Isso é uma parte importante, obviamente, da gestão da fauna silvestre, mas nós temos discutido muito
198 que o indicador de efetivação de uma política de fauna se dá muito em função da diminuição de animais em risco de
199 extinção ou de não deixar que novos animais entrem em risco de extinção. E o IEF está na fase final de elaboração
200 de um projeto de lei também, que encaminharemos ainda este ano para a Assembleia Legislativa, para que tenhamos
201 desdobramento com outras ações mais efetivas de gestão de fauna silvestre.” **9) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve

202 manifestações. **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente suplente Vitor
203 Reis Salum Tavares, subsecretário de Regularização Ambiental, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada
204 a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

205

206

APROVAÇÃO DA ATA

207

208

209

210

Marília Carvalho de Melo
Presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental